

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL**

Aos 14 dias do mês de setembro de 2021, pelas 15 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de s. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

**Parte I – 15H00**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias:**

**COM(2021)278 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à criação e ao funcionamento de um mecanismo de avaliação e de monitorização para verificar a aplicação do acervo de Schengen e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1053/2013;**

**Relator: Deputado André Coelho Lima (PSD)**

**COM(2021)281 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 910/2014 no respeitante à criação de um Quadro Europeu para a Identidade Digital;**

**Relatora: Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS)**

5. **Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.ºs:**

**182/XIV/2.ª – Pela valorização dos salários dos profissionais da PSP;**

**Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**

**104/XIV/1.ª - Por um Areeiro seguro;**

**Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);**

**237/XIV/2.ª – Solicitam a promoção de uma alteração legislativa em matéria de contagem dos prazos de prescrição;**

**Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS)**

**233/XIV/2.ª - Pela abertura de vagas suficientes para a promoção na carreira de Chefes da Polícia de Segurança Pública;**

**Relatora: Susana Amador (PS)**

6. **Distribuição e admissão de petições, designadamente:**

**Petição n.º 257/XIV/2.ª - Solicita a alteração da Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, sobre limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais;**

**Petição n.º 261/XIV/2.ª - Solicitam a alteração da Lei n.º 32/2008, 17 de julho, a propósito dos serviços de comunicações pré-pagos de carácter anónimo;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre os festejos do Sporting como campeão nacional e as subseqüentes polémicas;
8. Apresentação do relatório da participação da Assembleia na República Reunião Interparlamentar da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (AFCO), realizada a 22 de junho de 2021 – Deputados André Coelho Lima (PSD) e José Manuel Pureza (BE);
9. Apresentação dos relatórios das seguintes visitas de trabalho:
  - Delegação da Subcomissão uma delegação da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação à Casa de acolhimento especializado da Cruz Vermelha Portuguesa – Penha de França, realizada a 11 de maio de 2021;
  - Delegação da Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais ao Estabelecimento Prisional de Leiria, realizada a 25 de maio de 2021;
10. Apreciação e votação das atas n.os 75 a 87/XIV/2.ª (correspondentes às reuniões do mês de julho de 2021);
11. Outros assuntos.

Parte II – 17H00

Audição presencial da Secretária de Estado da Justiça responsável pela área dos registos e notariado, para abordar especificamente os problemas deste setor, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PPL 111/XIV/2.ª (GOV)	<a href="#">Regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança</a>	Deputado Duarte Marques (PSD) <i>Consultas a promover: CSM, CSMP, AO, CNPD, ANMP, IMT, Dir Nacionais da PSP, GNR e SEF</i>

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PJL 922/XIV/2.ª (Ninsc JKM)	<a href="#">Altera o Código Penal, reforçando o combate à discriminação e aos crimes de ódio.</a>	Deputado José Manuel pureza (BE) <i>Consultas a promover: CSM, CSMP, OA e</i>

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL**

		CICDR-Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
PJL 923/XIV 2.ª (Ninsc JKM)	<a href="#">Assegura o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa</a> [Em conexão com a 8.ª Comissão]	<b>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</b> <i>Consultas a promover: OA, CSM, CSMP</i>
PJL 925/XIV 2.ª (Ninsc CR e João Azevedo (PS))	<a href="#">Regulamenta a carreira profissional dos Sapadores Florestais</a> [em conexão com as 7.ª e 13.ª Comissões]	<b>Deputado Francisco Pereira Oliveira (PS)</b> <i>Consultas a promover: OA, CSM, CSMP</i>

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 1434/XIV/2.ª (CH)	<a href="#">Recomenda ao Governo que vede o acesso de incendiários a qualquer apoio ou emprego público, criando em simultâneo uma lista pública com a identificação destes criminosos</a>	<i>Aguarda indicação do proponente</i>
PJR 1439/XIV/2.ª (Ninsc JKM)	<a href="#">Recomenda ao Governo a implementação de políticas públicas para um combate eficaz aos crimes de ódio em Portugal</a>	Em Comissão

Não havendo iniciativas europeias para distribuir, passou-se ao ponto seguinte, com o anúncio da baixa à Comissão do Projeto de Voto n.º 657/XIV/2.ª (PS) - [De Saudação ao Dia Internacional da Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição](#), tendo o Senhor Presidente informado que a sua discussão seria agendada para a reunião seguinte da Comissão.

No quarto ponto, começou por ser apreciado o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (UE) n.º 910/2014 no respeitante à criação de um Quadro Europeu para a Identidade Digital [[COM\(2021\)281](#)], que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS). Após uma curta intervenção da Senhora Deputada Márcia Passos (PSD), o relatório foi submetido a votação e aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP, na ausência do CDS-PP e do PAN.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL

Seguiu-se a apreciação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Conselho relativo à criação e ao funcionamento de um mecanismo de avaliação e de monitorização para verificar a aplicação do acervo de Schengen e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1053/2013 [[COM\(2021\)278](#)], que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado André Coelho Lima (PSD) e, no final, submetido a votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PCP, na ausência do CDS-PP e do PAN.

No quinto ponto, foram apreciados e aprovados por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PAN, os relatórios finais das seguintes Petições:

- Petição n.º 182/XIV/2.ª – [Pela valorização dos salários dos profissionais da PSP](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), seguindo-se no uso da palavra a Senhora Deputada Susana Amador (PS)
- Petição n.º 104/XIV/1.ª - [Por um Areeiro seguro](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), tendo de seguida usado da palavra a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
- Petição n.º 237/XIV/2.ª – [Solicitam a promoção de uma alteração legislativa em matéria de contagem dos prazos de prescrição](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), seguindo-se no uso da palavra a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
- Petição n.º 233/XIV/2.ª - [Pela abertura de vagas suficientes para a promoção na carreira de Chefes da Polícia de Segurança Pública](#), que foi apresentada pela respetiva relatora, Senhora Deputada Susana Amador (PS), seguida da intervenção da Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD).

No sexto ponto, procedeu-se à distribuição das Petições n.ºs 257/XIV/2.ª - [Solicita a alteração da Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, sobre limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais](#); e 261/XIV/2.ª - [Solicitam a alteração da Lei n.º 32/2008, 17 de julho, a propósito dos serviços de comunicações pré-pagos de carácter anónimo](#), tendo a respetiva apreciação sido



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL

concluída com a aprovação por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PAN, das respetivas notas de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho e da Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro.

No ponto seguinte, procedeu-se à discussão do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre os festejos do Sporting como campeão nacional e as subseqüentes polémicas, que foi apresentado, mediante a leitura na íntegra do texto do requerimento, pela Senhora Deputada Márcia Passos (PSD). No debate que se seguiu, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Almeida Rodrigues (PS), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Mónica Quintela (PSD), Telmo Correia (CDS-PP) e Jorge Lacão (PS).

A Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS) começou por referir que os presidentes de câmaras municipais respondem perante as suas assembleias municipais e que tão-pouco conseguia vislumbrar que a situação em causa tivesse relevância ou dimensão nacional para ser tratada pela Assembleia da República. Acrescentou que a realização da audição do Presidente da Câmara de Lisboa tão próxima da data das eleições autárquicas seria mais um debate pré-eleitoral e não propriamente um debate para discutir assuntos de dimensão nacional, e concluiu dizendo que o Grupo Parlamentar do PS não acompanharia o requerimento, uma vez que a sua aprovação se traduziria numa sobreposição da Assembleia da República às assembleias municipais.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) recordou que, no dia seguinte, iria ser ouvido, nesta Comissão, a requerimento potestativo do PSD, o Ministro da Administração Interna sobre o mesmo assunto, pelo que o mais prudente seria esperar pelo dia seguinte, pelos esclarecimentos do Ministro e só depois ponderar se existia motivo para mais uma inquirição sobre a matéria.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL**

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) disse não acompanhar o requerimento do PSD, desde logo por entender que a questão estava manifestamente ultrapassada, fora objeto de debate na altura e a sua importância acabava por ser relativa. Referiu igualmente que, no dia seguinte, teriam de recorrer à memória a propósito da audição do Ministro da Administração Interna, porque provavelmente já ninguém se lembraria do sucedido. Em segundo lugar, defendeu não fazer sentido que a Comissão se substituísse à Assembleia Municipal de Lisboa; por último, considerou que, em período de campanha eleitoral para as autarquias locais, tal audição iria dar tempo de antena gratuito ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O Senhor Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) declarou que o requerimento aprovado pelo PSD fazia todo o sentido e que o Chega apoiaria a realização da audição proposta.

A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) argumentou que a questão em concreto teve âmbito e relevância nacional, em tempo de pandemia, e defendeu que as questões colocadas não foram ultrapassadas com o decurso do tempo, além de que realçou que o requerimento era contemporâneo dos acontecimentos, foi apresentado nessa altura, mas só não foi discutido e votado em julho porque o Grupo Parlamentar do PS se opôs.

O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) recordou que, estando os trabalhos parlamentares a decorrer com normalidade neste período de campanha eleitoral e sendo tantos Deputados candidatos, entendia que nada obstava à realização da audição com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, também candidato. Disse, por isso, concordar com o requerimento apresentado pelo PSD.

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) usou da palavra declarando que não se iria pronunciar sobre os critérios de oportunidade ou de mérito da audição requerida, mas recordou o que considerou ser uma evidência desde sempre na Assembleia da República: que a administração do poder local não estava subordinada à tutela do Executivo, e muito menos estava subordinada à competência de fiscalização da Assembleia da República (que incidia, sim, sobre os atos do Governo e da Administração), pelo que não existia nenhuma competência convocatória vinculativa de

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL**

qualquer órgão do poder local, em nome do princípio da autonomia do poder local. Terminou dizendo que apenas excepcionalmente, no âmbito de uma comissão de inquérito, um autarca poderia ser convocado, em todas as demais situações a Assembleia apenas poderia dirigir um convite para o mesmo se pronunciar, tendo o Senhor Presidente retorquido, no final da intervenção do orador, que a metodologia seguida na Comissão tem sido a de dirigir um convite e não uma convocatória

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) esclareceu que o PSD não precisava de utilizar, nem nunca o faria, a Assembleia da República para retirar qualquer vantagem ou desvantagem pré-eleitoral. Insistiu que o requerimento era oportuno e de extrema importância, na medida em que o Ministro da Administração Interna empurrou responsabilidades para a autarquia perante uma situação que teve efeitos terríveis para o agravamento da pandemia e para os portugueses.

No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PS, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e votos a favor do PSD, do CDS-PP e do CH.

No oitavo ponto, teve lugar a apresentação, pelo Senhor Deputado André Coelho Lima (PSD), do relatório da participação da Assembleia na República (por videoconferência) na Reunião Interparlamentar da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (AFCO), sobre a *Reforma do Direito Eleitoral Europeu e o Direito de Inquérito do Parlamento Europeu*, realizada a 22 de junho de 2021, em que participaram os Senhores Deputados André Coelho Lima e (PSD) e José Manuel Pureza (BE), indicados pela 1.ª Comissão, e as Senhoras Deputadas Isabel Oneto e Cristina Mendes da Silva (PS), indicadas pela Comissão de Assuntos Europeus. No final, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS).

Dado o adiantado da hora, e uma vez que já se encontrava presente a Senhora Secretária de Estado da Justiça, cuja audição estava prevista para aquela hora, foram adiados, para a reunião seguinte os pontos nove e dez que constavam da ordem de trabalhos.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL

Após uma curta interrupção, teve início a audição presencial da Senhora Secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedroso, sobre os problemas do setor dos Registos e Notariado, audição cuja iniciativa partiu de requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O Senhor Presidente começou por cumprimentar a Senhora Secretária de Estado, agradecendo a sua presença, e por explicitar o objeto da audição e a metodologia a adotar, tendo, de seguida, dado a palavra ao Senhor Deputado António Filipe (PCP) para apresentação do requerimento. Finda a apresentação do requerimento, usou da palavra a Senhora Secretária de Estado para intervenção inicial.

Na primeira ronda, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Joana Sá Pereira (PS), Mónica Quintela (PSD), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP), Nelson Silva (PAN) e Diogo Pacheco de Amorim (CH). Finda a ronda de intervenções, a Senhora Secretária de Estado respondeu ao conjunto das questões colocadas.

A segunda ronda contou com as intervenções da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) e dos Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Nelson Silva (PAN), que mereceram, a final, a respetiva resposta por parte da Senhora Secretária de Estado.

No final, o Senhor Presidente agradeceu a participação e os esclarecimentos prestados pela Senhora Secretária de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu maior desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 88/XIV/ 2.ªSL**

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2021.

O Presidente da Comissão

*(Luís Marques Guedes)*